http://dx.doi.org/10.22420/rde.v20i47.2557

Os cursos de Pedagogia na Região Sul do Brasil:
expansão com privatização da formação docente

Undergraduate Pedagogy Programs in Southern Brazil:
expansion alongside the privatization of teacher education

Cursos de pedagogía en la Región Sur de Brasil:
expansión con privatización de la formación del profesorado

MARA REJANE VIEIRA OSÓRIO[*]
Universidade Federal de Pelotas, Pelotas – RS, Brasil.

JOCEMARA TRICHES[**]
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, Brasil.

TAINÁ MELO SILVEIRA[***]
Universidade Federal de Pelotas, Pelotas – RS, Brasil.

STÉFANI DA SILVA KORB[****]
Universidade Federal de Pelotas, Pelotas – RS, Brasil.

RESUMO: Este artigo apresenta as características da expansão dos cursos de Pedagogia na Região Sul do Brasil, considerando número de cursos, modalidade da oferta, organização acadêmica e categoria administrativa das Instituições de Ensino Superior. Com pesquisa interinstitucional, metodologia do tipo exploratória e base quantitativa na base de dados do e-Mec, evidenciamos que até agosto de 2023 estavam ativos e autorizados pelo MEC 570 cursos de Pedagogia no Sul, em

[*] Doutora em Educação. Professora na Faculdade de Educação, atua na graduação e no Programa de Pós-graduação em Educação na Universidade Federal de Pelotas. *E-mail*: <mareos@gmail.com>.

[**] Doutora em Educação. Professora do Departamento de Estudos Especializados em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. *E-mail*: <jtriches.ufsc@gmail.com>.

[***] Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. *E-mail*: <tainamelosilveira@gmail.com>.

[****] Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. *E-mail*: <stefanikorb96@gmail.com>.

273 instituições, apenas 11% delas públicas. Pelo menos 93 IES tinham autorização para atuar em mais de um estado, com a mesma proposta pedagógica, muitas oriundas de outras regiões do país. A autorização de novos cursos cresceu após 1996 e avançou exponencialmente entre 2016 e 2023, majoritariamente em EaD de instituições privadas com fins lucrativos. Demonstramos essa forma de expansão privatizada da formação de professoras/es em Pedagogia na região em questão.

Palavras-chave: Formação docente. Curso de Pedagogia. Região Sul do Brasil.

ABSTRACT: This article presents the characteristics of the expansion of undergraduate Pedagogy programs in Southern Brazil, considering the number of programs, mode of delivery, academic organization, and administrative category of Higher Education Institutions – HEIs. Based on an interinstitutional study using an exploratory methodology and quantitative data from the e-MEC database, we show that, as of August 2023, there were 570 active Pedagogy programs authorized by the Brazilian Ministry of Education – MEC, offered by 273 institutions, only 11% of which were public. At least 93 HEIs were authorized to operate in more than one state under the same pedagogical framework, many of them originating from other regions of the country. The authorization of new programs increased after 1996, with exponential growth between 2016 and 2023, predominantly through distance education at private, for-profit institutions. This study thus demonstrates the privatized expansion of teacher education in Pedagogy in Southern Brazil.

Keywords: Teacher education. Undergraduate Pedagogy Program. Southern Brazil.

RESUMEN: Este artículo presenta las características de la expansión de los cursos de pedagogía en la Región Sur de Brasil, considerando el número de cursos, la modalidad de la oferta, la organización académica y la categoría administrativa de las instituciones de educación superior. Con la investigación interinstitucional, la metodología exploratoria y la base cuantitativa en la base de datos e-Mec, verificamos que, hasta agosto de 2023, 570 cursos de pedagogía en el Sur estaban activos y autorizados por el MEC en 273 instituciones, de las cuales solo el 11% eran públicas. Al menos 93 IES fueron autorizadas a trabajar en más de un estado, con la misma propuesta pedagógica que en muchas otras

regiones del país. La autorización de nuevos cursos creció después de 1996 y avanzó exponencialmente entre 2016 y 2023, principalmente en la EaD de instituciones privadas con fines de lucro. Demostramos esta forma privatizada de expansión de la formación docente en pedagogía en la región en cuestión.

Palabras clave: Formación docente. Curso de pedagogía. Región Sur de Brasil.

Introdução

Neste trabalho mapeamos a oferta de cursos de licenciatura em Pedagogia – CPL nos estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, cobrindo todo o Sul do país[1]. As informações partiram de um exercício investigativo do tipo quantitativo, descritivo e exploratório que subsidia uma pesquisa interinstitucional tratando da formação inicial de docentes em CPL nesses estados[2]. A busca foi realizada inicialmente na plataforma e-Mec[3], utilizando os seguintes filtros: cursos de graduação (Pedagogia), Unidade da Federação (selecionando a cada busca um dos estados: PR, SC, RS), modalidades (Educação a Distância – EaD e presencial) e situação (em atividade).

Entre as questões iniciais que movimentaram o levantamento estavam: quantos cursos de Pedagogia existem na região Sul? O que os caracteriza? O que há de comum e de diferente entre essas ofertas? Em síntese, objetivamos compreender as caraterísticas numéricas e a forma da expansão da formação docente, desde os primeiros registros de autorização até maio de 2025, considerando número de cursos de Pedagogia, modalidade da oferta, organização acadêmica e categoria administrativa das Instituições de Ensino Superior – IES responsáveis pelos cursos.

Justificamos a escolha pelo curso de Pedagogia por ser a graduação que concentrava maior número de matrículas entre as licenciaturas em 2023 (chegando a 50%), segundo dados do Censo do Ensino Superior (INEP, 2024). É um curso destinado à formação de professoras/es para atuar na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nas suas diferentes modalidades, além formar profissionais que possam atuar na gestão escolar, na coordenação pedagógica e em espaços não escolares (BRASIL, 2006). Desde 2006, por definição das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, é exclusivamente uma licenciatura plena, apesar de poder formar profissionais para espaços de não docência (BRASIL, 2006). Desde seu surgimento, em 1939, é permeado por disputas e polêmicas quanto a sua identidade, concepção de formação e sua finalidade (SCHEIBE & DURLI, 2011; TRICHES, 2017; MEDEIROS, ARAÚJO & SANTOS, 2021; PIMENTA, PINTO & SEVERO, 2023; OSÓRIO, GARCIA & SILVEIRA, 2020).

Priorizamos os dados do e-Mec de agosto de 2023 por integrarem o primeiro levantamento detalhado e comparativo entre os estados sulinos produzido em uma das etapas da pesquisa interinstitucional. Todavia, realizamos duas novas conferências para acompanhamento de possíveis alterações, sendo uma delas em 04 de março de 2024 e outra em 28 de maio de 2025, constatando que a quantidade de CPL no Sul pouco se alterou nesse período. Identificamos na atualização do Sistema do Governo Federal um pequeno decréscimo de cursos nos três anos, com a extinção de alguns e o encerramento de IES privadas; e um pequeno aumento de cursos em instituições públicas, conforme apontamos ao longo do texto. Em outras palavras, apesar de os dados serem de 2023, consideramos as análises pertinentes e atuais, sem alterações significativas e sem indicações de mudança nas tendências aqui apresentadas.

Condições de expansão dos cursos de Pedagogia na Região Sul

Nos relatórios extraídos do e-Mec em agosto de 2023 encontramos 570 cursos ativos de Pedagogia – licenciatura[4] nos três estados do Sul, sendo 250 no Paraná, 173 no Rio Grande do Sul e 147 em Santa Catarina. Em maio de 2025 havia pequena alteração: 234 no Paraná, 169 do Rio Grande do Sul e 141 em Santa Catarina.

Constatamos que os 570 cursos correspondiam no período a 413 diferentes códigos de Pedagogia ofertados na região, vinculados a 273 IES, sendo 30 instituições públicas e 243 privadas. Das 273 instituições, 93 tinham autorização para ofertar seus cursos em mais de um dos estados, correspondendo a 157 códigos de CPL repetidos nas planilhas dos três estados. Em outras palavras, com exceção da Universidade da Fronteira Sul – UFFS[5], todas as demais IES que atuavam em mais de um estado apresentavam um ou mais cursos idênticos ofertados em estados diferentes – quer dizer que ofertavam a mesma proposta pedagógica, independentemente da realidade local. Demonstramos na Tabela 1 o quantitativo de IES responsáveis pelos CPL por estado.

Tabela 1: Quantidade de IES que ofertavam curso de Pedagogia no Sul do país em 2023, por estado de atuação

Estado de atuação	Quantidade de IES	Porcentagem (%)
Paraná	94	35
Rio Grande do Sul	50	18
Santa Catarina	36	13
Atuam nos três estados do Sul	61	12
Atuam em dois estados do Sul	32	22
Total	**273**	**100**

Fonte: Elaboração própria, a partir dos relatórios do e-Mec, agosto/2023.

Vê-se que o estado do Paraná concentrava maior quantidade de IES que ofertavam o curso de Pedagogia, ultrapassando a soma dos outros dois estados do Sul. O número se amplia quando somado ao das IES paranaenses que ofertavam o mesmo curso em mais um ou dois estados da região.

Das 93 IES em atividade em mais de um estado, praticamente metade delas (43) eram centros universitários e apenas duas eram instituições públicas federais[6]. Além disso, 64 ofertavam CPL apenas na modalidade EaD e 28 tinham cursos em modalidades de ensino diferentes, portanto, um ou mais códigos de curso presencial e outros de EaD, replicados em outro(s) estado(s). Outro dado interessante sobre essas IES diz respeito a sua origem e sede, uma vez que nem todas são do estado em que atuam. Das 273 IES, 41% eram do Paraná, 20% do Rio Grande do Sul, 18% da região Sudeste, 14% de Santa Catarina, e as outras 7% eram de estados não incluídos acima ou de origem não identificada, conforme demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2: Estado ou região de origem das IES que ofertavam cursos de Pedagogia no Sul do Brasil

Estado ou região de origem (sede das IES)	Quantidade de IES
Paraná	106
Rio Grande do Sul	53
Santa Catarina	38
Região Sudeste	48
Região Nordeste	8
Região Centro-Oeste	8
Região Norte	1
Não Identificadas	11
Total	**273**

Fonte: Elaboração própria, a partir dos relatórios do e-Mec, agosto/2023.

Não identificamos o estado de origem de 11 IES, pois em maio de 2025 não estavam mais cadastradas no e-Mec (foram encerradas), mas tinham autorização para ofertar CPL no Sul do país em agosto de 2023. No caso das 48 IES com sede na região Sudeste, 35 eram do estado de São Paulo, seis do Rio de Janeiro, seis de Minas Gerais e uma do Espírito Santo – todas ofertando CPL em EaD no Sul. A mais distante das IES era do Pará, a Faculdade de Teologia, Filosofia e Ciências Humanas Gamaliel – FATEFIG, que ofertava um curso de EaD para o Paraná e Santa Catarina.

Quanto a organização acadêmica e categoria administrativa das IES, a maioria era privada, organizada em faculdades e centros universitários (Tabela 3). No caso das instituições públicas, eram majoritariamente universidades e institutos federais.

Tabela 3: Organização acadêmica e categoria administrativa das IES que ofertavam cursos de Pedagogia no Sul do país

Organização acadêmica e categoria administrativa das IES	Quantidade de IES	Total por org. acadêmica
Universidades públicas	19	69
Universidades privadas	50	
Faculdades públicas	4	119
Faculdades privadas	115	
Centros Universitários públicos	1	79
Centros Universitários privados	78	
Institutos Federais	6	6
Total	**273**	**273**

Fonte: Elaboração própria, a partir dos relatórios do e-Mec, agosto/2023.

Observar a organização acadêmica das instituições pode contribuir para aventarmos o tipo e o enfoque da formação ofertada em Pedagogia, uma vez que são conhecidas as diferenças de exigência de qualificação das/dos professoras/es nessas IES, bem como a diversificação formativa em ensino, pesquisa e extensão quando se tratam de universidades e institutos federais, conforme as definições dos art. 43 a 57 da LDBEN (BRASIL, 1996). É certo que o tipo de formação ofertada para professoras/es traz implicações ao trabalho realizado na Educação Básica, ainda que ela não seja o único fator determinante da qualidade do ensino.

Outro aspecto a considerar diz respeito à categoria administrativa das IES, uma vez que as privadas superavam, de forma gritante, o número de instituições e a quantidade de CPL autorizados para funcionar na Região Sul. Isso pode indicar as prioridades e com quem o Estado tem compromisso quanto à formação de professoras/es. Ainda podemos problematizar sobre quem paga essa formação em instituições privadas, sobre perfil de quem busca esse tipo de formação e como é efetivado o direito à continuidade dos estudos no ensino superior no país, neste caso, em cursos de Pedagogia no Sul do Brasil.

Ainda sobre as instituições privadas que tinham autorização para oferta de CPL no Sul, 92 delas ofertavam apenas a modalidade EaD, até mesmo com mais de um código de curso pela mesma instituição; 90 tinham licenciatura apenas na modalidade presencial; e 61 ofereciam cursos nas duas modalidades. Retomando o total de CPL no Sul distribuído nos três estados (570) e estabelecendo uma comparação entre as modalidades de oferta e a categoria administrativa das IES, constatamos a complexidade do cenário encontrado.

Tabela 4: Número de cursos de Pedagogia por modalidade e categoria administrativa das IES atuantes no Sul do Brasil, por estado

Modalidade	Categoria administrativa da IES	PR	SC	RS	Total
Presencial	Pública – Federal	6	8	13	27
	Pública – Estadual	24	1	7	32
	Pública – Municipal	2	4	0	6
	Privada com fins lucrativos	64	13	13	90
	Privada sem fins lucrativos	31	23	33	87
EaD	Pública – Federal	2	1	8	11
	Pública – Estadual	2	2	0	4
	Pública – Municipal	2	2	0	4
	Privada com fins lucrativos	72	54	57	183
	Privada sem fins lucrativos	45	39	42	126
	Total	**250**	**147**	**173**	**570**

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do e-Mec, agosto/2023.

De forma sintética, concluímos que 85% dos CPL no Sul eram privados e apenas 15% eram públicos. Os 10 cursos públicos municipais apontados na Tabela 4 estão vinculados a seis IES diferentes, sendo que a Universidade de Taubaté – Unitau[7], do estado de São Paulo, ofertava dois cursos com códigos idênticos para os estados do PR e SC; outra instituição municipal que atuava no PR era a Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari – FAFIMAN, que constava no e-Mec como pública municipal, mas apresenta-se como "Fundação Municipal sem fins lucrativos" em seu site. Dos cursos ofertados por instituições municipais em Santa Catarina, dois eram de outros estados (PR e SP); dois cursos eram de instituições do próprio estado, sendo uma faculdade e uma universidade[8], e do Centro Universitário Municipal de São José-SC – USJ, que apesar de constar como ativo em 2023, estava em processo de encerramento por decisão judicial, não aparecendo mais no e-Mec durante a busca em maio de 2025.

Encontramos 16 cursos ofertados por Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFs em agosto de 2023. Em maio de 2025 esse quantitativo subiu para 21, aumentando de três para cinco o total de cursos no Paraná (ofertados pelo IFPR); de seis para oito em Santa Catarina (IFC e IFSC); e de sete para oito cursos no Rio Grande do Sul (IFRS, IFFAR e IFSul). Desses CPL, apenas dois do RS eram ofertados na modalidade EaD (IFFAR e IFSul). No caso do Paraná, constavam como localizados na capital ou nas proximidades, incluindo o litoral do estado. Nos outros dois estados os cursos estavam mais interiorizados. Essa tem sido a forma de expansão dos CPL catarinenses pela rede federal, uma vez que a quantidade de universidades públicas e de oferta de CPL permanece ali a mesma desde o início dos anos 2000, com a UFSC (um curso), a UDESC (dois cursos) e a UFFS (um CPL).

Sobre a oferta de licenciaturas via IF, Fernanda de Lima (2013) afirma que a responsabilidade desses institutos na formação de professoras/es ocorreu a partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu "a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências" (BRASIL, 2008). A lei definiu que no mínimo 20% das vagas deveriam estar vinculadas a cursos de formação continuada para atuação em cursos profissionais e para formação inicial de docentes da Educação Básica. Contudo, segundo a autora, há registros históricos anteriores de formação de docentes nas antigas Escolas Técnicas desde final da década de 1970, ainda que essa não fosse sua função principal (LIMA, 2013).

A demanda de formação de professoras/es para os IF ocorreu nos dois primeiros governos de Luiz Inácio Lula da Silva (PT, 2003-2010), com as políticas de expansão do ensino superior pelo país, entre elas o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni[9] e a ampliação dos IF. Esses institutos têm reconhecida trajetória de formação profissional e técnica, mas que não é específica de formação docente, fator que gerou preocupações e críticas pelo risco de comprometer a formação de professoras/es em uma perspectiva mais ampla e crítica, reduzindo-a a uma formação técnica (LIMA, 2013). Apesar das polêmicas, essas políticas foram implementadas, tanto que os IF têm assumido a formação de licenciandas/os em Pedagogia. Em Santa Catarina, por exemplo, há mais cursos de Pedagogia em IF do que em universidades federais e estaduais.

Outro aspecto que chama a atenção na Tabela 4 é a quantidade de CPL vinculados à IES estaduais no Paraná, bem como nas federais no RS. Dos três estados estudados, o RS é o que possui maior quantidade de universidades federais. O PR é o estado que apresenta o maior número de cursos em IES públicas, especialmente em instituições estaduais espalhadas por todo o estado na modalidade presencial; também é o que concentra mais cursos privados com fins lucrativos.

Quanto à modalidade EaD, identificamos que havia dois cursos até os anos 2000, sendo um da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL e outro na Universidade Federal do Paraná – UFPR, o 1º do Sul do país a entrar em funcionamento (julho de 2000). Em 2004 surgiram outros dois, na Faculdade Instituto Superior de Educação do Paraná – FAINSEP e na Universidade de Caxias do Sul – UCS.

Posteriormente, levando em conta os anos de publicação das *Diretrizes para formação de professores* (BRASIL, 2006; 2015; 2019; 2024), observamos a seguinte configuração: 2006 computava 59 CPL autorizados para EaD no Sul do país; em 2015, o número passou para 140; em 2019, verificam-se 284 cursos; em 2022, havia 318 licenciaturas em EaD autorizadas na região (e-Mec, agosto/2023); e por fim, até setembro de 2024, tinham sido criados e autorizados 325 CPL nessa modalidade (e-Mec, maio/2025). O período desses dois

últimos anos foi o único no qual identificamos um crescimento menor de oferta da licenciatura na referida modalidade.

Essa realidade deve se alterar nos próximos anos, tendo em vista a publicação do Decreto n. 12.456, de 19 de maio de 2025, e da Portaria MEC nº 506, de 10 de julho de 2025, vedando cursos de licenciatura integralmente na modalidade EaD (BRASIL, 2025a; 2025b). Os cursos atuais deverão entrar em extinção ou migrar para a modalidade semipresencial, com porcentagem mínima de horas presenciais ou síncronas. Essas normativas geraram uma demanda de atualização e detalhamento das horas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para as licenciaturas aprovadas pela Resolução CNE/CP n. 4/2024, com sua reforma aprovada pelo Conselho Nacional de Educação – CNE em 23 de julho 2026, após período de consulta pública[10].

Em 2023, a Universidade Paulista – UNIP podia ofertar 73.260 vagas para o CPL no EaD, com o mesmo código de curso e quantitativo de vagas nos três estados do Sul. No caso do RS, as IES privadas estavam autorizadas a oferecer 385.368 vagas em EaD, contra 1.964 das instituições públicas. No Paraná, a situação era ainda mais assustadora, pois as IES privadas foram autorizadas a ofertar 412.708 vagas na modalidade e as instituições públicas, 6.600 vagas. Só uma IES pública de São Paulo, não gratuita (Unitau), pôde ofertar dois CPL em EaD nos estados do Sul, com 4.390 vagas no total.

A quantidade de CPL cresceu vertiginosamente na Região Sul nos últimos 23 anos (86%), conforme demonstrado na Tabela 5.

Tabela 5: Início do funcionamento de cursos de Pedagogia na Região Sul, entre 1939 e 2023, por década

Década	PR	SC	RS	Total
de 1938 até 1940	1	0	2	3
1950	1	1	4	6
1960	10	2	1	13
1970	9	4	5	18
1980	1	2	3	6
1990	10	4	13	27
2000 a 2009	72	39	47	158
2010 a 2019	107	75	75	257
2020 a 2023	22	10	12	44
Não consta ano de início de funcionamento	10	10	11	31
Total	250	147	173	570

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do e-Mec, agosto/2023.

O curso de Pedagogia mais antigo dos três estados do Sul, segundo relatório do e-Mec, é o da Universidade Federal do Paraná – UFPR, iniciado em 1938[11], mas sem registro do ano de criação. Os outros dois mais antigos são os da PUC-RS (1942) e da UFRGS (1944). Em Santa Catarina, o curso mais antigo é o da UFSC (1959). A maior quantidade de cursos mais antigos está no RS (seis cursos criados e iniciados entre as décadas de 1940 e 1950) e todos com data de criação posterior ao início do funcionamento. O fato, possivelmente, tem relação com as diferentes formas de controle das IES pelo governo federal em outros períodos e com as atribuições dos entes federados na oferta de Ensino Superior. Dos 31 CPL ativos, mas sem data de início do funcionamento até agosto de 2023, dois eram na modalidade presencial, criados em 2010 e 2011; os demais eram datados de 2019 a 2023, sendo 20 cursos de EaD.

Até 1999 havia 79 cursos de Pedagogia, criados ao longo de 61 anos. No período de redemocratização pós-ditadura militar (década de 1980), ocorreu uma queda de criação de novos cursos de Pedagogia da Região Sul. Essa constatação não indica uma tendência nacional, a qual necessitaria de outros estudos e cruzamentos de informações, impossíveis de serem desenvolvidos neste artigo. Por ora, cabe lembrar que, de 1968 a 1980, o curso de Pedagogia passou por mudanças curriculares e de perfil de formação, indo de uma formação de generalistas e técnicas/os em educação para a de especialistas, via habilitações. Foi nesse período que ocorreram as primeiras experiências do curso como lócus de formação de professoras/es para o então chamado Ensino Primário, hoje Anos Iniciais do Ensino Fundamental (SCHEIBE & DURLI, 2011; SAVIANI, 2008).

Entre 2000 e 2023, 485 CPL foram criados ou iniciados. Em outras palavras, até 1990 a autorização para novos cursos não passava de uma dezena por década, em cada estado; a partir de 1991 essa realidade alterou-se significativamente. Depois da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/1996 (BRASIL, 1996), que instituiu a exigência de formação em licenciatura para professoras/es da Educação Básica, tivemos distintos governos. Relacionando-os com as criações de CPL, constatamos que nos governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB, 1995-2003) foram autorizados 55 CPL; nos dois primeiros governos de Lula (PT, 2003-2011) houve 121 autorizações; durante a presidência de Dilma Rouseff (PT, 2011-2016) foram criados 81 CPL; no governo de Michel Temer (MDB, 2016-2018) as autorizações passaram para 140 cursos, em 2 anos; e no mandato de Jair Bolsonaro (PL, 2019-2022) foram autorizados 87 cursos em 4 anos. Por fim, no primeiro semestre do atual governo Lula (até agosto de 2023), período em que fizemos o primeiro mapeamento no e-MEC, foi autorizada a criação de um CPL, e até março de 2025 não localizamos novos cursos, mas a extinção de 13 instituições que tinham autorização para ofertá-los. Em síntese, observa-se que houve crescimento em todos os governos até 2022, mas foi expressivamente maior nos governos de Bolsonaro, Temer e Dilma, quando comparados os tempos de mandato.

A expansão da formação de professoras/es para a Educação Básica via IES privadas e EaD, na qual temos os CPL do Sul como expressão, tem sido denominada de *privatização da formação docente*, devendo ser compreendida como parte do movimento empresarial que há muito tempo disputa a educação global e nacional em todos os seus aspectos, visando maximização de seus lucros e ampliação do capital. Ao que tudo indica, a última preocupação desse movimento é com a qualidade da formação docente. Outra característica marcante nos últimos anos é a financeirização da educação. Essa questão (em especial com os dados dos CPL do Sul) representa um dos pontos que necessitam de aprofundamento. Por ora, apenas o anunciamos, por não ser possível entender a expansão da privatização da formação fora desse contexto[12].

Para além das características quantitativas, dois aspectos chamam a atenção no que diz respeito ao nome de alguns CPL e à nota no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – Enade das IES. A quase totalidade de cursos identificados exclusivamente como Pedagogia apresentam adjetivações como: Pedagogia em Educação do Campo (PR e SC); Pedagogia Intercultural Indígena (SC); Pedagogia Bilíngue – Libras/Português (SC); e Segunda Licenciatura em Pedagogia (PR, SC e RS). Para além dos nomes, identificar o quanto esses cursos se diferenciam dos demais exige estudos posteriores de suas propostas pedagógicas. Com relação às notas dos CPL no Enade, exame organizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, elas foram localizadas por IES, variando de 1 a 5, sendo consideradas as duas mais altas como referentes a cursos de excelência. Os resultados com as duas maiores notas nos estados do Sul estão apresentados na Tabela 6.

Tabela 6: Notas mais altas no Enade dos cursos de Pedagogia no Sul do país

Estado	Cursos	Nota 4	Nota 5
Paraná	Público	12	2
	Privado	22	5
Santa Catarina	Público	07	-
	Privado	17	2
Rio Grande do sul	Público	06	-
	Privado	27	3
Total		**91**	**12**

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do e-MEC, agosto/2023.

Entre os CPL com nota 4 encontramos 25 IES públicas e 66 privadas. No Paraná, constavam com nota 5 dois cursos públicos (UFPR e Universidade Estadual de Ponta Grossa –UEPG) e cinco privados (PUC/PR; FAE Centro Universitário; Faculdades Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC Campo Largo; Serviço Nacional de

Aprendizagem Comercial de São Paulo – SENAC/SP e Faculdade Unina); em Santa Catarina, apareciam na lista apenas dois cursos privados (Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC e SENAC-SP); no Rio Grande do Sul, três cursos privados (Faculdade Três de Maio – SETREM; Faculdade CNEC-Farroupilha e SENAC/SP)[13]. Vê-se que uma IES de SP está presente nos três estados, referindo-se ao mesmo curso.

Conforme informações obtidas na página oficial do Inep (2025), o Enade

> integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), composto também pela Avaliação de cursos de graduação e pela Avaliação institucional. Juntos eles formam o tripé avaliativo que permite conhecer a qualidade dos cursos e instituições de educação superior brasileiras. Os resultados do Enade, aliados às respostas do Questionário do Estudante, são insumos para o cálculo dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior (INEP, 2025).

Funcionando como medida de avaliação dos cursos de graduação, parece urgente pensar sobre esses tipos de instrumento. Será que podem ser indicadores de qualidade dos cursos e das instituições ofertantes? Se sim, que qualidade é essa?

Não é de estranhar a existência de mais IES privadas com nota máxima, uma vez que são numericamente muito superiores às públicas. E essa nota é usada como fator de atratividade para novas/os *clientes*, majoritariamente da classe trabalhadora, que vê no ensino superior uma possibilidade de ascensão social. Mas cabe problematizar a forma como se chega a essa nota e as variáveis que interferem nesse resultado. Sabemos que as universidades públicas têm como natureza institucional a responsabilidade pela formação superior que preza a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Se o instrumento avaliativo não contempla essa relação, os resultados indicam apenas uma parte do que é feito nessas instituições.

Embora o assunto não seja o foco deste artigo, Taíse Feldmann e Osmar Souza (2016) dão indicativos importantes para a reflexão. A autora e o autor argumentam que com o formato do Enade "corre-se o risco de se reduzir o papel formativo na universidade com ênfase apenas no eixo do ensino, ressentindo-se de observações sobre extensão e pesquisa, que os outros instrumentos poderiam oferecer" (FELDMANN & SOUZA, 2016, p. 4). Nesse sentido, desconfiamos que esse instrumento de avaliação da educação superior pode ser mais um elemento que contribui para a expansão das licenciaturas pelo caminho da privatização e, consequentemente, para a precarização das IES públicas, que têm responsabilidade com um tipo de formação orgânica, plural e socialmente referenciada.

Os dados apresentados neste levantamento indicam como são perigosas as condições do crescimento dos CPL na região Sul do Brasil. Vimos uma expansão privatizada, a distância e com padronização de propostas de formação, sem considerar as especificidades locais, uma vez que dezenas de IES estavam autorizadas a ofertar um mesmo projeto de curso em diferentes estados. Nessa mesma direção, ao analisar a forma da expansão da formação de docentes no Brasil nas últimas décadas, Olinda Evangelista,

Letícia Fieira e Mauro Titon argumentam que vivenciamos o "gigantismo da fábrica de professores e do vasto mercado da certificação em nível superior no Brasil" (EVANGELISTA, FIEIRA & TITON, 2019, p. 14). Esse é um efeito provável em espaço local, mas que jogo é esse? Como essa configuração é possível?

Os indicativos do mapeamento associados a estudos contemporâneos levam-nos a acreditar que as condições de crescimento privado de CPL na região Sul, pelo viés da EaD, pode ser visto como um sintoma de um movimento global e local que tem fortalecido a ideia de que "o setor privado é o modelo a ser emulado, e o setor público deve ser empreendido à sua imagem" (BALL, 2022, p. 65). Em síntese, nada pode ficar fora do jogo da mercantilização neoliberal, que ressignifica a "educação como um grande negócio" (BALL, 2022, p. 188).

A cultura neoliberal e as reformas a ela associadas têm promovido intensos deslocamentos e profundas mudanças na educação em grande escala (BALL, 2001, 2004, 2010, 2022; DARDOT & LAVAL, 2017; LAVAL, 2019; ZEICHNER, 2013; LIMA, 2007, 2012; OLIVEIRA *et al*., 2019; MAGUIRE, 2013). Em comum, as reformas têm se caracterizado como grandes esforços para fazer circular no campo educacional discursos, estratégias e táticas pautadas no *ethos* do mercado e da mercantilização da educação; ou seja, é a educação como objeto de consumo, não como um direito.

A educação pública brasileira (básica e superior) tem sentido os efeitos dessa empreitada de forma cada vez mais radical (FREITAS, 2018, 2016), inclusive na formação de professoras/es, na qual a privatização avança de modo intenso, sobretudo com a modalidade EaD. Christian Laval considera que:

> o sistema educacional brasileiro já é muito mais neoliberalizado do que o sistema francês e muitos outros sistemas educacionais europeus. Podemos dizer até que o Brasil chegou antes do que outros países ao estágio do capitalismo escolar universitário, caracterizado pela intervenção direta e maciça do capital no ensino. Constatamos esse fato pela expansão de empresas gigantes, como holding Kroton, que, pelo que sei, possui mais de 1,5 milhões de estudantes e quase 40 mil assalariados, e está presente em quase todos setores do ensino, tanto de base como preparatório e profissionalizante. De modo geral, o crescimento do ensino superior privado no Brasil nos últimos vinte anos, sobre a dominação de grandes oligopólios cotados em bolsa (Kroton, Estácio, Anhanguera etc.) faz do país um caso único no mundo (LAVAL, 2019, p. 13).

O grupo de IES vinculadas à Kroton e a outros conglomerados do ensino está bastante presente na oferta de CPL no Sul, inclusive com oferta de um mesmo código de curso para distintos estados, conforme demonstramos ao longo deste trabalho. Além desse, outros grandes grupos têm influenciado as decisões sobre a educação nacional, como Todos pela Educação, Instituto Ayrton Senna, Fundação Lehman, Instituto Millenium, Fundação Santander (NOVAES & OKUMURA, 2022), assim como o setor bancário (Fundação Bradesco, Itaú Social, Instituto Unibanco, Banco SICREDI), que se destaca como 'grande filantropo', investindo milhões em educação e mantendo escolas (MORGAN

& MOCARZEL, 2024; CÓSSIO & SCHERER, 2019). Todas essas instituições têm eixos de ação voltados à formação docente, principalmente a continuada, inclusive com espaço no CNE para seus intelectuais orgânicos.

Não se pode esquecer algo fundamental para que esse movimento aconteça: o próprio Estado brasileiro tem assumido e financiado tal relação público-privada como forma de resolver os problemas educacionais (mas não só). Basta lembrar dos incentivos públicos ao avanço das IES privadas através do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – Fies, do Programa Universidade para Todos – Prouni e do crescimento descontrolado de uma imensidão de vagas para a EaD, entre outros. Cabe citar também o caso da política curricular para os cursos de licenciaturas, que após 2019 ficou ainda mais próxima da vertente empresarial (BRANDT & HOBOLD, 2023; EVANGELISTA, FIEIRA & TITON, 2019; FELIPE, CUNHA & BRITO, 2021).

Considerações finais

Esta pesquisa permitiu evidenciar numericamente a expansão privatizada da formação de professoras/es em Pedagogia no Sul do país, confirmando a tendência nacional. A autorização de novos cursos começou a crescer especialmente após 1996, mas avançou exponencialmente entre 2016 e 2023, com a expansão de cursos e vagas majoritariamente em EaD, ofertadas por instituições privadas com fins lucrativos, destacando-se as faculdades e os centros universitários de outras regiões do país que disponibilizam o mesmo curso para mais de um estado. Pelos dados e pelas reflexões apontadas, não resta dúvida de que a onda privatista não poderia excluir a formação docente, e está a todo vapor nos três estados do Sul!

Iniciamos algumas reflexões sobre o movimento de empresariamento dos CPL e seu fortalecimento em instituições que produzem, ao mesmo tempo, capital financeiro e capital humano. Preocupam-nos imensamente alguns aspectos, como as implicações dessa tendência num tipo de formação docente dispersa em instituições públicas, privadas com ou sem fins lucrativos, institutos, faculdades, centros universitários; o crescimento da formação na modalidade EaD; o rápido avanço, nas últimas décadas, dos CPL em instituições privadas e, ao mesmo tempo, certa estagnação da expansão da formação em universidades públicas, que possuem larga tradição em formação docente e que funcionam com base no tripé ensino, pesquisa e extensão; o descontrole da liberação de um número absurdo de vagas em EaD para instituições privadas que vendem cursos baratos, rápidos e que, diferentemente das instituições públicas, não prestam contas do que fazem e de que forma fazem a formação das/dos professoras/es que atuarão na Educação Básica como docentes da Educação Infantil, dos Anos Iniciais, em coordenações pedagógicas etc.

Dos três estados do Sul, o Paraná sobressai, de um lado, pela quantidade de CPL em IES públicas estaduais; de outro, e principalmente, pela quantidade de cursos vinculados a instituições privadas com fins lucrativos, algumas delas atuando nos outros dois estados sulinos.

Até o momento, esta pesquisa permitiu compreender as características das ofertas de CPL no Sul e a forma como ocorreu essa expansão. Para o nosso interesse neste momento, ficam como questões: que projetos formativos estão em andamento nos CPL do Sul do Brasil? Que tipos de docência estão sendo incentivados e como?

Recebido em: 04/05/2025; Aprovado em: 28/07/2025.

Notas

1 Este artigo corresponde a uma versão ampliada e aprofundada de um resumo expandido apresentado no XIV Seminário Nacional de Formação de Professores, organizado pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE realizado em setembro de 2024 na Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.

2 Trata-se da pesquisa interinstitucional denominada *Disputas por docências e reformas curriculares nos cursos de Pedagogia da Região Sul do Brasil*, iniciada em 2023, com a coordenação da profa. dra. Mara Rejane Vieira Osório (FAE/UFPel) e da profa. dra. Jocemara Triches (CE/UFSC), envolvendo as demais autoras deste artigo, com pelo menos mais nove professoras doutoras da área da educação. A pesquisa também envolveu acadêmicas/os da pós-graduação e graduação das seguintes instituições: Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC, Instituto Estadual Catarinense – IFC/ Campus Camboriú e Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/campus Cascavel.

3 O e-Mec é uma plataforma eletrônica sob responsabilidade do Ministério da Educação – MEC, que registra cadastro, acompanhamento de processos, avaliação e supervisão das Instituições de Ensino Superior no Brasil. Através dela é possível obter planilhas em Excel com dados diversos das instituições e dos cursos de graduação ofertados no país. O funcionamento da plataforma está amparado pela Portaria Normativa nº 21, de 21 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2017). A página oficial está disponível em: https://emec.mec.gov.br/

4 O fato de estarem ativos para o MEC não significa que tivessem turmas em andamento, mas que eram cursos autorizados.

5 Exceção, pois essa IES tem campi nos três estados do Sul entre as 273 que tinham autorização para ofertar CPL. Oferta graduação em Pedagogia apenas na modalidade presencial, e cada um de seus cursos possui código e proposta pedagógica específicos. Em 2023 a UFFS estava autorizada a ofertar 4 CPL, sendo dois no Paraná (campi de Realeza e de Laranjeiras do Sul), um em Santa Catarina (campus de Chapecó) e um no Rio Grande do Sul (campus de Erechim).

6 Entre as federais estão a UFFS e a Faculdade Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, com sede no Rio de Janeiro, mas que oferta o mesmo CPL bilíngue em EaD a todos os estados do Sul e outras regiões do país.

7 A Universidade de Taubaté – Unitau é uma autarquia do município de Taubaté/SP. Seus cursos eram ofertados na modalidade EaD, sendo um regular e outro de "Segunda Licenciatura em Pedagogia para professores em exercício na educação básica pública", ambos com cobrança de mensalidade ou financiamento via bolsas. Lembramos que este último curso deverá entrar em extinção, atendendo às determinações da Resolução CNE/

CP n. 4/2024 (BRASIL, 2024), que proíbe segunda licenciatura em Pedagogia. O mesmo deverá ocorrer com todas as licenciaturas do país na modalidade EaD, que deverão migrar para a modalidade semipresencial, atendendo o Decreto do Governo Federal n. 12.456, de 19 de maio de 2025 (BRASIL, 2025a).

8 Refere-se à Universidade Regional de Blumenau – FURB, que apesar de ser pública, cobra mensalidades e está vinculada a uma fundação da Prefeitura de Blumenau-SC.

9 Sobre os efeitos do Reuni para formação de professores, conferir o artigo *A formação docente superior Hegemonia do capital no Brasil*, de Allan K. Seki, Artur Souza e Olinda Evangelista (2017).

10 Parte das alterações da referida Resolução de 2024 constam no texto de referência divulgado pelo CNE e colocado em Consulta pública de 14 de maio a 13 de junho de 2026. O texto pode ser acessado na íntegra em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/2026/maio-2026/texto-referencia-formacao-de-professores.pdf. Para além dessas, colocadas em consulta, outras mudanças foram feitas no documento, entre elas, maior regramento quanto aos estágios obrigatórios na formação docente. Com isso, após dois anos da sua aprovação, tivemos nova reforma nas diretrizes para as licenciaturas, sendo a quarta em 11 anos (2015-2026).

11 Essa informação chama nossa atenção e provoca certo estranhamento, uma vez que os registos históricos da criação do curso de Pedagogia é de 1939 (SAVIANI, 2008; SCHEIBE & DURLI, 2011; PIMENTA, PINTO & SEVERO, 2023). Ademais, pelas informações encontradas no site do Setor de Educação da UFPR, o início do Curso de Pedagogia nesta Instituição se vincula com a iniciativa privada. Na época chamado de Curso de Bacharel em Pedagogia, organizado no esquema 3+1, estava vinculado ao Departamento de Pedagogia como parte da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – ainda não constituída como UFPR. Esta Faculdade foi mantida nos primeiros dez anos de sua existência (1938-1948) "[...] pelas mensalidades dos alunos e pela União Brasileira de Educação e Ensino, pertencente aos Irmãos Maristas". Em 1948 torna-se Universidade do Paraná e em 1950 em UFPR. Disponível em: https://educacao.ufpr.br/historico/. Acesso em 08 agosto 2026.

12 Sobre a financeirização da educação e a formação docente, ver Sara Granemann (2009); Allan Seki, Artur Souza e Olinda Evangelista (2017); Mariléia Silva e Márcia Santos (2019).

13 Ao atualizarmos as informações em consultas ao e-Mec em 2026, verificamos que houve mudanças nas notas do Enade para os CPL ofertados por instituições públicas e privadas. Contudo, as mudanças não modificam muito a situação que encontramos anteriormente. No RS, 6 cursos públicos e 12 privados têm com nota 4, 7 cursos públicos e 7 privados têm nota 5); no PR, 16 cursos públicos e 17 privados têm nota 4 e 2 cursos públicos e 8 privados têm nota 5; SC tem 6 cursos públicos e 10 privados com nota 4 e 3 cursos públicos e 6 privados com nota 5. É importante salientar que os cursos listados com notas 4 e 5 no Enade são todos presenciais.

Referências

BALL, Stephen J. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. *Currículo sem fronteiras*, v.1, n.2. Jul/Dez, 2001. Disponível em: http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss2articles/ball.pdf Acesso em: 15 set. 2024.

BALL, Stephen J. *Educação Global S.A*: novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2022.

BALL, Stephen J. Performatividade, privatização e o Pós-Estado do Bem-Estar. *Educação Sociedade*. Campinas, v. 25, n. 89, set./dez. 2004, p. 1.105-1.126. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/3DXRWXsr9XZ4yGyLh4fcVqt/abstract/?lang=pt Acesso em: 15 set. 2024.

BALL, Stephen J. Performatividades e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 35, n. 02, ago./set. 2010, p. 37-55. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/15865. Acesso em: 15 set. 2024.

BRANDT, Andressa Graziele & HOBOLD, Márcia de Souza**.** Base Nacional Comum para Formação de Professores da Educação Básica (BNC-FORMAÇÃO): que concepção de formação de professores para o Curso

de Pedagogia? *Revista Epistemologia e Práxis Educativa-EPEduc*, Piauí, v. 06 n. 01, p. 01-19, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufpi.br/index.php/epeduc/article/view/3982/3603. Acesso em 30/05/2023.

BRASIL. *Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Planalto, 2008.

BRASIL. *Lei nº 9.304 de 20 de dezembro de 1996*. Define Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Planalto, 1996.

BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006*. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília: CNE, 2006.

BRASIL. *Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015.* Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: CNE, 2015.

BRASIL. *Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017*. Dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/portarias-federais/portaria-no-21-de-21-de-dezembro-de-2017 Acesso em: 15 set. 2024.

BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.* Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. Brasília: CNE, 2019.

BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024.* Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Brasília: CNE, 2024.

BRASIL. *Decreto Nº 12.456, de 19 de maio de 2025*. Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017[...]. Brasília: Planalto, 2025a.

BRASIL. *Portaria MEC nº 506, de 10 de julho de 2025*. Regulamenta o Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, que trata da oferta de educação a distância por Instituições de Educação Superior - IES em cursos de graduação [...]. Brasília: MEC, 2025b.

CÓSSIO, Maria de Fátima & SCHERER Susana S. Governança em rede e parcerias público-privadas em educação no estado do RS. *Revista Contrapontos,* vol. 19, nº 2, jan-dez de 2019.

DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. *Comum*: ensaios sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

EVANGELISTA, Olinda; FIEIRA, Letícia & TITTON, Mauro. Diretrizes para formação docente é aprovada na calada do dia: mais mercado. *Universidade à Esquerda*, 14 de novembro, 2019. Disponível em: https://contrapoder.net/colunas/diretrizes-para-formacao-docente-e-aprovada-na-calada-do-dia-mais-mercado/ Acesso em: 21 jul. 2023.

FELDMANN, Taise & SOUZA, Osmar de. A governamentalidade e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes. *Avaliação,* Campinas, v. 21, n. 3, nov., 2016, p. 1017-1032.

FELIPE, Eliana da Silva; CUNHA, Emmanuel Ribeiro & BRITO, Ana Rosa Peixoto de. O avanço do projeto neoliberal nas diretrizes para a formação de professores no Brasil. *Revista Práxis Educacional,* v. 17, n. 46, p. 127-151, jul./set., 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/apraxis/v17n46/2178-2679-apraxis-17-46-127.pdf Acesso em: 30 maio 2023.

FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma empresarial da educação:* nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. Três Teses sobre as Reformas Empresariais da Educação: Perdendo a Ingenuidade. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 36, n. 99, p. 137-153, maio-ago., 2016, Campinas: Unicamp, 2016.

GRANEMANN, Sara. Políticas Sociais e Financeirização dos Direitos do Trabalho. *Revista Em Pauta: Teoria Social E Realidade contemporânea*, (20), 57–68, 2009. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/159. Acesso em: 14 jun. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. Sinopse Estatística da Educação Superior 2023. Brasília: Inep, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior. Acesso em: 14 jun. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. Enade. Avaliações e Exames Educacionais. *Homepage*. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enade. Acesso em: 14 jun. 2026.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa:* o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

LIMA, Fernanda Bartoly Gonçalves de. A formação de professores nos Institutos Federais: perfil da oferta. *Revista EIXO*, Brasília, DF, v. 2, n. 1, p.83-105, jan./jun. 2013. Disponível em: https://arquivorevistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/104/52 Acesso em: 14 jun. 2026.

LIMA, Licínio Carlos *Aprender para ganhar, conhecer para competir*: sobre a subordinação da educação na sociedade da aprendizagem. São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, Licínio C. *Educação ao longo da vida*: entre a mão direita e a mão esquerda de Miró. São Paulo: Cortez, 2007.

MAGUIRE, Meg. Para uma sociologia do professor global. In: APPLE, Michael W., BALL, Stephen J.; GANDIN, Luís Armando (Orgs). *Sociologia da educação*: análise internacional. Porto Alegre: Penso, 2013, p. 77 – 88.

MEDEIROS, Emerson Augusto de; ARAÚJO, Osmar Hélio Alves; SANTOS, Jean. Mac Cole Tavares. O Curso de Pedagogia no Brasil: uma análise sobre sua história e identidade (1939-2019). *Interfaces da Educação*, *12*(34), 2021, p. 561–588. Disponível em: https://doi.org/10.26514/inter.v12i34.5447. Acesso em: 14 jun. 2026.

MORGAN, Karine Vichiett & MOCARZEL, Marcelo Siqueira Maia Vinagre. Os bancos nos bancos da escola: o setor bancário na educação pública brasileira. *Educ. Soc*., Campinas, v. 45, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/ES.278750. Acesso em: 14 jun. 2026.

NOVAES, Henrique Tahan & OKUMURA, Julio Hideyshi. O papel das Fundações, ONGs e institutos na destruição da educação pública na América Latina. In: NOVAES, Henrique Tahan (org.). *Educação para além do capital e políticas educacionais na América Latina*. Marília: Ocina Universitária, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 41-7

OLIVEIRA, Dalila Andrade *et al.* (Orgs). *Políticas educacionais e a reestruturação da profissão do educador:* perspectivas globais e comparativas. Petrópolis: Vozes, 2019.

OSÓRIO, Mara Rejane Vieira; GARCIA, Maria Manuela & SILVEIRA, Tainá Melo. Cursos de Pedagogia de universidades públicas gaúchas: um estudo a partir de projetos político-pedagógicos. In: GARCIA, Maria Manuela Alves; OSÓRIO Mara Rejane Vieira & FONSECA, Márcia Souza da (Orgs). *Currículos e profissionalidades docentes.* Licenciaturas em Pedagogia e Matemática em universidades públicas gaúchas. São Leopoldo: Oikos, 2020, p. 40- 65. Disponível em http://oikoseditora.com.br/obra/index/id/1043. Acesso em: 14 jun. 2026.

PIMENTA, Selma Garrida; PINTO, Umberto de Andrade & SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. Panorama da Pedagogia no Brasil: ciência, curso e profissão. *Educação Em Revista*, *38*., 2023. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/0102-469838956. Acesso em: 14 jun. 2026.

SAVIANI, Dermeval. *A Pedagogia no Brasil*. História e teoria. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2008. (Coleção Memórias da Educação).

SCHEIBE, Leda & DURLI, Zenilde. Curso de Pedagogia no Brasil: olhando o passado, compreendendo o presente. *Educação Em Foco*, *14*(17), 2011. p. 79–109. Disponível em: https://doi.org/10.24934/eef.v14i17.104. Acesso em: 14 jun. 2026.

SEKI, Allan Kenji; SOUZA, Artur & EVANGELISTA, Olinda. A formação docente superior: hegemonia do capital no Brasil. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 11, n. 21, p. 447-467, jul./dez. 2017. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/812/pdf. Acesso em: 14 jun. 2026.

SILVA, Mariléia Maria da & SANTOS, Márcia Luzia dos. Da financeirização da Educação: quem educa o educador? *Contrapontos*, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 114-131, jan. 2019. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-71142019000200114&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 04 maio 2025.

TRICHES, Jocemara. Formação Docente em Cursos de Pedagogia: questões em torno da agenda do capital. In: EVANGELISTA, Olinda & SEKI, Allan K. (Orgs.). *Formação de Professores no Brasil*: leituras a contrapelo. 1ed. Araraquara: Junqueira e Marin, 2017, v. 1, p. 233-274. Disponível em: https://gepeto.ced.ufsc.br/2018/03/14/leituras-a-contrapelo/. Acesso em: 14 jun. 2026.

ZEICHNER, Kenneth M. *Políticas de formação de professores nos Estados Unidos*: como e por que elas afetam vários países no mundo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.